

MINUSTAH: A Aplicação do Smart Power Brasileiro nas Operações de Paz das Nações Unidas

MINUSTAH: The Application of the Brazilian Smart Power in United Nations Peace Operations

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.105925>

Josias Marcos de Resende Silva

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, Brasil

dojosias@gmail.com  

Resumo

O Brasil vem buscando, desde o início do século XXI, se firmar como um ator de maior peso no cenário internacional. Com esse objetivo, o país aceitou o desafio de liderar militarmente a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). No país caribenho, as forças brasileiras tiveram que lidar com uma Guerra de Quarta Geração (4GW), que é o tipo de conflito mais comum desde o término da Guerra Fria. Para lidar com a 4GW, o Brasil adotou a estratégia do *smart power*, que combina o uso da força e com esforços diplomáticos. Dessa forma, este estudo analisa a aplicação do *smart power* brasileiro na MINUSTAH como um fator decisivo para a resolução do conflito haitiano. Após uma pesquisa bibliográfica e documental, foi possível verificar que o *smart power* brasileiro foi uma estratégia de sucesso no Haiti, lidando de forma efetiva com as ameaças não-estatais, estabilizando o país e reduzindo as mortes de civis decorrentes do conflito a um número bastante reduzido.

Palavras-chave: MINUSTAH; *Smart Power* Brasileiro; Guerra de Quarta Geração;

Abstract

Brazil has been attempting, since the beginning of the XXI century, to play a more relevant role in the international scenario. Based on this goal, the country accepted the challenge to be the military leadership in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). In the Caribbean country, Brazilian forces had to deal with a Fourth Generation Warfare (4GW), the most common kind of conflict in place since the end of the Cold War. In order to deal with this 4GW, Brazil adopted the smart power strategy, which combines the use of force and diplomatic efforts. Thus, this paper analyses the application of Brazil's smart power in MINUSTAH as a decisive factor for the resolution of the Haitian conflict. After bibliographic and documental research, it was possible to verify that Brazil's smart power was a successful strategy in Haiti, effectively dealing with non-state threats, stabilizing the country, and reducing civilian deaths related to the conflict to a very reduced number.

Keywords: MINUSTAH; Brazil's Smart Power; Fourth Generation Warfare;

Recebido: 30 julho 2020

Aceito: 26 outubro 2020

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa "Mecanismos de Avaliação de Performance e a Contribuição Brasileira para as Operações de Paz no Âmbito das Nações Unidas no Século XXI" Edital - Portaria 236 (31/10/2018) do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX).

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Introdução

O Brasil é reconhecidamente um país de comportamento pacifista, tendo encerrado suas participações em guerras há cerca setenta e cinco anos, ao término da Segunda Guerra Mundial. Desde então, comprometido com a paz mundial, o país sul-americano contribuiu diversas vezes com tropas em operações internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo liderado contingentes militares no Canal de Suez, nos anos 1950 -60, e em Angola, nos anos 1990.

Em 2004, um conflito armado generalizado tomou conta do Haiti, resultando na renúncia e posterior fuga do presidente Jean-Bertrand Aristide do país (ONU, 2020b). Fruto de suas experiências anteriores e tradição em operações de paz, o Brasil recebeu o comando militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que foi implementada pela ONU para estabilizar o país, apoiar o processo político haitiano e proteger os direitos humanos (ONU, 2004).

Como líder na MINUSTAH, o Brasil deparou-se no Haiti com uma situação diferente das anteriores, uma vez que o ambiente operacional apresentavam novos desafios. Nesse sentido, a MINUSTAH encontrou no país caribenho uma guerra de quarta geração (4GW). Diferente das demais gerações, a 4GW traz características que exigem uma completa mudança na compreensão do campo de batalha da atualidade, bem como nos meios para a resolução de conflitos.

A maioria dos conflitos contemporâneos, que podem ser considerados como 4GW, deixou de ocorrer entre Estados nacionais e incorporou uma gama de atores não-estatais, sendo normalmente travados em Estados frágeis (RAMSBOTAM; WOODHOUSE; MIAL, 2011). Dessa forma, enquanto as operações de paz tradicionais do século XX normalmente ocorriam para garantir a implementação de acordos de paz decorrentes de conflitos interestatais, as missões mais recentes têm sido implementadas como uma forma de se estabilizar países devastados por guerras civis (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010). Essa nova conjuntura trouxe um enorme desafio à ONU, uma vez que a maior vítima da 4GW é a população civil.

É nesse contexto de resolução de conflitos de quarta geração que o Brasil emerge, baseado em uma nova postura frente à comunidade internacional no século XXI. Com participação-chave na MINUSTAH, o país sul-americano buscou ser reconhecido como ator internacional que dispõe de Forças Armadas com poder real de dissuasão. Essa combinação estratégica de esforços diplomáticos e força militar, visando maior projeção internacional, é conhecida como *smart power* (MUXAGATO, 2016).

Em 2017, após completar a transição democrática no Haiti com a eleição do presidente Jovenel Moise, a MINUSTAH foi encerrada. Em treze anos de missão, o contingente liderado pelo Brasil reduziu as ameaças não-estatais a níveis consideravelmente baixos, diminuindo a violência contra a população civil e possibilitando o sucesso militar da ONU no país caribenho (SILVA, 2018). Portanto, tendo por base o êxito obtido no contexto da MINUSTAH, a aplicação do *smart power* brasileiro foi um fator decisivo para a resolução do conflito haitiano?

O objetivo deste estudo é examinar a aplicação do *smart power* brasileiro na MINUSTAH como um fator decisivo para a resolução do conflito haitiano. Para isso, o artigo descreve inicialmente a guerra de quarta geração e as características desse novo tipo de conflito, no qual as ameaças não-estatais possuem papel de grande relevância. Em seguida, define o conceito *smart power*, explicando porque o Brasil o adotou em missões de paz do século XXI. Finalmente, essa pesquisa analisa a aplicação prática do *smart power* brasileiro na MINUSTAH, no período compreendido entre 2004 e 2017. Assim, este estudo se faz relevante uma vez que aborda um caso de sucesso na história das operações de paz da ONU, projetando o Brasil como liderança militar capaz de atuar no contexto de um conflito contemporâneo de quarta geração.

Nesta pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa. Por meio da pesquisa qualitativa, foi possível examinar a evolução dos conflitos a partir da idade moderna, chegando-se à atual guerra de quarta geração com suas principais características e ameaças. Essa abordagem permitiu também a compreensão do conceito de *smart power* como uma estratégia necessária neste novo campo de batalha. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilitou a análise ampla da

participação brasileira na MINUSTAH, utilizando o *smart power* de forma a obter êxito contra as ameaças não-estatais presentes no conflito haitiano.

A coleta de dados ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica focou em livros de autores clássicos e contemporâneos que abordam o estudo da guerra e a resolução de conflitos; artigos científicos sobre o mesmo tema; e artigos científicos sobre a MINUSTAH e a participação brasileira. De uma forma complementar, a pesquisa documental buscou informações em sítios de internet oficiais da ONU e em sítios de internet de organizações não-governamentais que monitoram conflitos ao redor do mundo, com o objetivo de obter dados numéricos para embasar os resultados obtidos.

Com o intuito de diversificar a pesquisa e obter uma compreensão mais imparcial sobre o assunto, foram utilizadas fontes nos idiomas português, francês, espanhol e inglês. Com relação ao corte temporal, buscou-se delimitar essa pesquisa entre os anos de 2004 e 2017, correspondentes ao período de duração da MINUSTAH.

A teoria das Novas Guerras ou *New Wars* fornece um embasamento teórico para este trabalho. De acordo com Kaldor (2010), os conflitos contemporâneos são caracterizados pelo envolvimento de atores não-estatais, difícil distinção entre guerra (violência política) e crime (violência por interesses particulares), batalhas de baixa intensidade e alto índice de violência contra civis. De fato, destaca-se nos conflitos do século XXI a exagerada violência contra civis. Enquanto nas grandes guerras do século XX as vítimas civis correspondiam a apenas 20% do total, nos conflitos contemporâneos esse percentual chega a incríveis 80% (KALDOR, 1999). Nessa conjuntura, a teoria das Novas Guerras enfatiza que o sucesso na resolução de conflitos depende de uma operação de paz internacional robusta e multidimensional (compreendendo os componentes militar, policial e civil); uma liderança com uma excelente percepção da situação, capaz de identificar o centro de gravidade do conflito; e uma tropa com alto nível de treinamento e moralmente comprometida com os objetivos da missão (KALDOR, 2010).

A Evolução dos Conflitos e a Guerra de Quarta Geração

Em 1991, a Guerra do Golfo selou o fim dos conflitos da era industrial, que caracterizava as guerras de segunda e terceira gerações. Face à desintegração da União Soviética e ao término da Guerra Fria, a atuação dos Estados Unidos da América (EUA) nesse conflito armado demonstrou sua hegemonia militar, afirmando o país como potência virtualmente imbatível nos campos de batalha convencionais e como grande líder mundial (VISACRO, 2018).

No entanto, essa nova ordem mundial capitaneada pelos EUA como potência hegemônica e baseada em valores como paz, segurança, liberdade e Estado de direito, acabou não se concretizando nos anos seguintes (VISACRO, 2018). A violência perene nos conflitos africanos, materializada pela guerra civil da Somália e pelo genocídio em Ruanda nos anos 1990, bem como a ascensão do terrorismo transnacional após os ataques de 11 de setembro de 2001 erodiram a nova ordem mundial criada pelos EUA e contribuíram para uma guinada no caráter da guerra. Nesse sentido, a 4GW passou a ser predominante no século XXI.

Em termos gerais, na guerra de primeira geração (1GW) verificavam-se batalhas de homens emassados em linhas e colunas, com reduzido alcance das armas de fogo. Era a guerra da concentração de massas. Em seguida, a guerra de segunda geração (2GW) substituiu o emprego emassado de homens pelo poder de fogo concentrado. Nesse tipo de combate, fuzis, metralhadoras e o fogo indireto demonstravam toda a evolução de uma guerra que adentrava na era industrial. Finalmente, o advento dos veículos blindados permitiu o desenvolvimento de um conflito com grande mobilidade, caracterizando a guerra de terceira geração (3GW), ou guerra de manobra. Presente nos maiores conflitos convencionais do século XX, essa geração de guerra pode ser exemplificada pela conhecida *blitzkrieg* alemã (PHELAN, 2011).

Khan (2011) também descreve em detalhes as diferentes gerações de guerra que antecederam a 4GW, balizando a transição entre elas com momentos históricos. Segundo o autor, a 1GW teve seu período histórico compreendido entre

1648 (Paz de Vestfália) e 1860, com destaque para as guerras napoleônicas. A 2GW iniciou-se em 1860, já tendo incorporado os aprimoramentos trazidos pela Revolução Industrial, e terminou com a Primeira Guerra Mundial. Em seguida, a 3GW foi dominante entre a Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria. Contudo, o autor afirma que, nos conflitos convencionais contemporâneos, a 3GW ainda é utilizada.

Portanto, o predomínio das guerras de primeira a terceira gerações ocorre no período que se estende de 1648 a 1991, também conhecido como “era Clausewitziana” para alguns autores (GRAY, 2006). A era mencionada remete-se a Clausewitz, renomado estrategista prussiano do século XIX e autor da Teoria da Guerra. Nessa teoria, Clausewitz explica que os conflitos armados ocorrem em função de uma “Trindade Paradoxal”, que em linhas gerais possui como elementos centrais o povo, o governo e as Forças Armadas (CLAUSEWITZ, 1984). Por meio de seu pensamento, Clausewitz influenciou as mais importantes lideranças militares a partir de meados do século XIX, fazendo-se atual até nos dias de hoje.

Nesse sentido, Echevarria (2005) salienta que a trindade clausewitziana continua válida no ambiente dos conflitos contemporâneos. Isso ocorre porque os elementos da trindade podem ser contextualizados também na atualidade. Dessa forma, o povo não seria necessariamente uma população nacional, podendo corresponder a qualquer grupo étnico ou parcela social. Por sua vez, o governo poderia ser compreendido como qualquer ator com uma identificação política, seja um Estado, um clã ou uma tribo. Finalmente, as Forças Armadas seriam, nos dias de hoje, todas as organizações ou grupos armados capazes de utilizar a força para atingir um objetivo. Logo, além de Forças Armadas nacionais, insurgentes, guerrilhas, gangues e outros grupos nefastos poderiam representar esse elemento da Trindade Paradoxal (ECHEVARRIA, 2005).

Protagonista nos conflitos pós-Guerra Fria, a 4GW apresenta características bastante distintas das demais gerações. Phelan (2011) identifica quatro ideias centrais que diferenciam a 4GW. Primeiro, o campo de batalha pode incluir não só as forças militares, mas toda a sociedade inimiga. Por essa razão, as ações militares demandam operações de pequenas frações empregadas de forma descentralizada e com a clara compreensão da intenção do comandante. Uma segunda ideia é a logística menos centralizada, tendo em vista a descentralização das operações. Outra ideia é a ênfase na agilidade e na capacidade de manobra. Assim, a massa perde a importância. Por fim, o objetivo principal passa a ser o colapso interno do inimigo ao invés de sua destruição física.

Simons (2011) complementa as características da 4GW, destacando que nesse tipo de conflito inexistente um campo de batalha definido, sendo muito sutil a separação entre combatentes e não-combatentes. Por esse motivo, a população civil acaba sendo a grande vítima da 4GW. Esse entendimento é importante para compreender que a vitória na 4GW depende, em grande parte, da perda de legitimidade do inimigo frente à população local, o que está condicionado à disseminação de ideias e informações. Logo, é necessário a correta compreensão da cultura, idioma e pensamento desse público, numa verdadeira batalha por corações e mentes.

Por fim, Visacro (2018) consolida os aspectos presentes nos conflitos contemporâneos, em consonância com os principais estudiosos do assunto. Entre esses aspectos se encontram a perda do monopólio estatal sobre a guerra; a mudança de enfoque da vanguarda do exército inimigo para o interior da própria sociedade oponente; os elevados custos para o Estado se contrapor às ameaças assimétricas; o emprego de forças de efetivos bem reduzidos e independentes (células), dotadas do máximo de liberdade de ação e iniciativa; e alvos de alto valor psicológico em detrimento de objetivos físicos. Logo, a 4GW se decide nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, sendo que o uso do instrumento militar é igualmente importante antes, durante e após as batalhas.

O Brasil e o Conceito de Smart Power

A complexidade da 4GW exige uma abordagem diferente no que diz respeito à resolução dos conflitos contemporâneos. Fatores como a vasta gama de ameaças não-estatais, campo de batalha indefinido, busca da legitimidade

e a violência contra a população civil exigem uma mudança de atitude por parte de Estados e organizações internacionais como a ONU.

Essa necessidade afetou diretamente a política externa dos EUA na primeira década do século XXI, em especial no governo Barack Obama (2009-2015). Nesse sentido, os norte-americanos decidiram substituir o *hard power* do governo George W. Bush (2001-2008) pelo *smart power*, definido pela então Secretária de Estado Hillary Clinton como “o uso de todas as ferramentas disponíveis – diplomáticas, militares, políticas, legais e culturais – selecionando a ferramenta correta, ou a combinação de ferramentas, de acordo com cada situação” (ZWEIRI, 2010, p. 2).

Nesse contexto, o pensador neoliberalista de relações internacionais que influenciou significativamente a estratégia da administração Obama nos EUA foi Joseph Nye, primeiro a difundir os conceitos de *hard power*, *soft power* e *smart power*. De acordo com o autor, o *hard power* inclui instrumentos tangíveis geralmente associados ao uso da força e dinheiro. Por outro lado, o *soft power* compreende fatores intangíveis associados às instituições, valores, cultura e a legitimidade percebida das políticas. O *smart power*, por sua vez, seria a combinação inteligente de recursos presentes no *hard power* e no *soft power*, aplicado em diferentes contextos (NYE, 2012).

Bertonha (2009) examina as formas de poder descritas por Nye, complementando a definição dos conceitos. Assim, o autor ressalta que o *hard power* seria a capacidade de um país obter seus objetivos por meio da força bruta, da punição e da recompensa. Por isso, os instrumentos principais a serem aplicados seriam a força militar e a pressão econômica. Em oposição, o *soft power* seria a capacidade do país chegar aos seus objetivos através da persuasão e atração cultural, o que constituiria uma influência por meio de compromissos e ideias.

Antes mesmo do fim do governo de George W. Bush, Nossel (2004) defendia que a nova administração dos EUA deveria abandonar a ênfase no *hard power*, que teria caracterizado a era Bush, e iniciar uma nova era, a ser dominada pelo *smart power*. Segundo a autora, essa seria a chave para a recuperação do prestígio e da posição internacional dos Estados Unidos, dilapidados nos oito anos de governo Bush.

Embora seja um tema questionável, Santos e Teixeira (2015) afirmam que Obama negou-se a utilizar estratégias de imposição da democracia ou de troca de regime em Estados nacionais. Essa abordagem ficou explícita no esforço de sua administração para a transferência de responsabilidade aos governos nacionais do Iraque e do Afeganistão, países que estavam sendo ocupados por coalizões lideradas pelos EUA. Dessa maneira, Obama buscou dissociar a segurança nacional do uso da força por meio das intervenções militares coercitivas, aproximando-se da estratégia do *smart power*.

Na busca de um melhor posicionamento no sistema internacional e um ambicioso assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Muxagato (2016) explica que o Brasil teve que reconsiderar o pacifismo absoluto nas últimas décadas. Nesse contexto, o país sul-americano tem por objetivo converter-se em uma potência militar regional, obtendo assim maior credibilidade internacional, particularmente no que diz respeito à segurança coletiva.

Muxagato (2016) afirma também que o país abandonou a postura puramente pacifista baseada no *soft power* com o propósito de aumentar seu perfil internacional, consolidando sua vontade de participar das tomadas de decisão a nível mundial com maior legitimidade. Nesse processo, o uso do poder coercitivo por meio da força passou a ser considerado como uma possibilidade, dentro de uma concepção de *smart power*.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) corrobora a visão de Muxagato, ressaltando que o Exército Brasileiro deve ter a capacidade de projeção de poder por meio de operações de paz (BRASIL, 2008). Nessa mesma direção, a versão atualizada da Política Nacional de Defesa (PND) deixa claro esse interesse do Estado brasileiro, que busca incrementar sua influência nas decisões de questões globais por meio de operações internacionais sob os auspícios do CSNU (BRASIL, 2016). Dessa maneira, seria necessário que a força militar brasileira fosse robusta e convincente nas missões da ONU, projetando-se internacionalmente.

Por fim, é importante salientar que a Resolução 1542 (2004) criou a MINUSTAH sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o que permitia o uso da força para o cumprimento do mandato e para a proteção de civis (ONU, 2004).

Assim, a mudança do *soft power* para o *smart power* fez-se necessária como estratégia brasileira, usando a força de forma inteligente para ganhar credibilidade e peso no cenário internacional.

A Aplicação do Smart Power Brasileiro na MINUSTAH

Por décadas, a população haitiana havia sido vítima de grupos criminosos, assassinatos arbitrários e repressão. Isso ocorria porque todos os presidentes que estiveram no poder aliaram-se às milícias locais para dominar o país. Além disso, entre 1991 e 2004, as iniciativas da ONU em termos de operações de paz fracassaram no Haiti, causando grande ceticismo internacional quanto à resolução do conflito haitiano (DORN, 2009).

Nesse intervalo de tempo, as operações de paz da ONU implementadas no país foram a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNMIH), criada em 1993 e efetivamente desdobrada entre 1995 e 1996; a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), ativa entre 1996 e 1997; a Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti (UNTMIH), com uma duração de três meses no ano de 1997; e a Missão da Polícia das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), a qual funcionou ativamente durante o período de 1997 a 2000 (ONU, 2020a). Apesar de todo o esforço despendido pela Organização das Nações Unidas, o Haiti continuou vivenciando uma situação extremamente caótica e conflituosa, típica da Guerra de Quarta Geração.

Nesse sentido, o ambiente operacional existente no país caribenho mescla fatores como a perda do monopólio estatal da força, o significativo envolvimento de atores não-estatais, a difícil distinção entre combatentes e não-combatentes e o alto índice de violência contra civis. Todos esses fatores, que já existiam durante o período da Guerra Fria, agravaram-se no final dos anos 1980 com a queda do ditador Jean-Claude Duvalier, também conhecido como *Baby Doc*. Nesse contexto, Wilentz (1991) descreve cenas brutais do cotidiano de Porto Príncipe, onde um grande quantidade de corpos era descartada diariamente nas ruas da cidade, bem como soldados cometiam atrocidades contra civis sem nenhuma punição.

Após anos de guerra entre facções paramilitares e criminosas, Lucchi (2010) salienta a situação de calamidade encontrada na capital haitiana no momento do desdobramento da MINUSTAH. Segundo o autor, a violência causada pelas gangues devastou a cidade de Porto Príncipe. Assassinatos, sequestros, detenções extrajudiciais e violência sexual contra mulheres tornaram-se comuns. Entre as vítimas, a mortalidade de jovens do sexo masculino entre 15 e 39 anos atingiu uma taxa alarmante de 1.109 por 100.000 habitantes por ano. Além disso, estima-se que 50% das jovens do sexo feminino que habitavam as favelas haitianas foram vítimas de estupro ou abuso sexual (LUCCHI, 2010).

Nesse período, a figura política mais importante do país foi Jean Bertrand-Aristide, primeiro presidente haitiano eleito democraticamente em 1990. Após haver sofrido um golpe de Estado em 1991, Aristide foi reconduzido à liderança do país pelos Estados Unidos em 1994 (WUCKER, 2004). Entretanto, seu retorno não foi suficiente para diminuir o caos no Haiti. Ao contrário, Aristide passou a contar com um grupo armado de mercenários conhecidos como *chimeres* para intimidar e atacar grupos opositores (SMITH-CANOY, 2012).

Em 2004, a deflagração de um novo foco do conflito haitiano resultou em um segundo golpe de Estado contra Aristide. Iniciado em Gonaives e liderado pelos *chimeres*, até então aliados do presidente haitiano, o conflito expandiu-se para todo o país e passou a englobar todos os grupos armados de oposição a Aristide, incluindo a Frente Revolucionária para o Avanço e Progresso do Haiti (FRAPH), antigos membros do Exército Haitiano e ex-integrantes da Polícia Rural. Cercado em Porto Príncipe, a única alternativa deixada para o presidente foi renunciar e fugir do país (SMITH-CANOY, 2012). Imediatamente após a renúncia de Aristide, uma Força Multilateral Interina (MIF), liderada pelos EUA, foi estabelecida no Haiti com um curto mandato de transição para uma nova missão da ONU que seria estabelecida (CANADA, 2018).

Em fevereiro de 2004, como uma resposta ao colapso institucional ocasionado pela renúncia do presidente Aristide e com o objetivo de substituir as forças da MIF presentes no Haiti, o CSNU autorizou a criação da MINUSTAH. A missão foi implementada devido a uma forte pressão dos EUA e da França, que entenderam que a população civil necessitava ser protegida dos conflitos entre os apoiadores do ex-presidente e seus opositores. Dessa forma, a Resolução 1529 (2004) do CSNU determinava que os principais objetivos da MINUSTAH eram proteger os funcionários da ONU e a população civil; monitorar e reestruturar a Polícia Nacional Haitiana; auxiliar na desmobilização, desarmamento e reintegração de milícias armadas; e restaurar e manter o Estado de direito (BRACEY, 2011).

Durante o período em que esteve desdobrada, a MINUSTAH foi alvo de críticas por parte da comunidade internacional da população local. Destacam-se, entre os principais eventos que prejudicaram a imagem dos capacetes azuis no país caribenho, denúncias de abusos sexuais e a contaminação de habitantes locais por uma grave epidemia de cólera proveniente do sudeste asiático (FRANÇOIS, 2013).

No que tange aos crimes sexuais cometidos pelo contingente pertencente à MINUSTAH, Taft-Morales (2013) ressalta a gravidade de dois casos investigados nos anos de 2011 e 2012, os quais afetaram a credibilidade da missão. No primeiro caso, cinco capacetes azuis uruguaios abusaram sexualmente de um jovem haitiano de dezoito anos dentro de uma base da ONU. Como consequência, esses militares foram repatriados pela missão ao seu país, onde enfrentaram as acusações perante a justiça uruguaia. O segundo caso tratou do abuso de um adolescente de quatorze anos de idade por parte de três policiais paquistaneses, os quais foram condenados e sentenciados a um ano de prisão.

A epidemia de cólera, considerada a maior do mundo de acordo com os relatórios epidemiológicos, resultou em violentos protestos da população local contra a MINUSTAH. Devido à infraestrutura sanitária deficitária da base da ONU na cidade de Méyè, a bactéria trazida do sudeste asiático pelos capacetes azuis nepaleses contaminou um afluente do rio Artibonite, o qual constitui uma das poucas fontes de água doce utilizada por milhões de haitianos para hidratação, preparo de alimentos e higiene pessoal. Segundo os dados fornecidos pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), em apenas um mês, quase 10.000 haitianos haviam sido contaminados, sendo que 643 pessoas perderam suas vidas em decorrência da cólera (AGBEDAHIN, 2019).

Por outro lado, a MINUSTAH simbolizou importantes conquistas no contexto das operações de paz. Bracey (2011) ressalta o papel de liderança exercido pelo Brasil à frente de um contingente majoritariamente sul-americano, fato inédito na história das Nações Unidas. No total, o efetivo militar da MINUSTAH chegou a ultrapassar 7.000 capacetes azuis, o que representou um número bastante significativo. O Brasil contribuiu todo o período com o *Force Commander*, comandante militar da missão, além de possuir o maior efetivo de capacetes azuis. A Argentina, o Chile e o Uruguai, importantes atores regionais, também foram relevantes contribuintes de tropas no Haiti. Logo, o autor destaca que o trabalho em conjunto permitiu o desenvolvimento de uma coordenação política e econômica mais próxima entre as nações sul-americanas.

Alsina Jr (2009) reforça o ponto de vista de Bracey, ressaltando a importância da aproximação do Brasil com os demais países sul-americanos. Nesse sentido, ele afirma que tal interação favorece o Complexo de Segurança Regional (CSR) da América do Sul, contribuindo para que o subcontinente continue entre as regiões menos violentas do mundo no que diz respeito a conflitos interestatais. Logo, o desempenho do país em operações de paz leva a uma melhoria da percepção da liderança militar brasileira no âmbito regional por parte dos Estados vizinhos. Visando a uma melhor eficiência dessa cooperação entre os países sul-americanos, o autor sugere também a formação de uma força de pronto emprego regional para atuação seletiva em missões de paz.

Quanto à sua natureza, a missão de paz no Haiti pode ser compreendida como uma operação com um mandato robusto, uma vez que permitia que suas tropas conduzissem ações de enfrentamento contra as ameaças não-estatais para estabilizar o país. Por definição, operações de paz robustas são baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas e compreendem o uso da força no nível tático com o consentimento da autoridade anfitriã e/ou das principais partes do conflito. É importante destacar que esse tipo de operação de paz não corresponde a uma missão de imposição da paz, uma

vez que essa última não requer o consentimento das principais partes do conflito, podendo ser realizada de forma coercitiva pelo CSNU. Além disso, a imposição da paz pressupõe o uso da força no nível estratégico, caracterizando uma intervenção militar internacional no país (ONU, 2008).

De uma forma geral, o robustecimento das operações de paz gerou profundas discussões entre os estudiosos sobre os reais benefícios do uso da força no processo de paz, bem como isso poderia afetar a imparcialidade da ONU frente aos diversos conflitos armados, prejudicando o êxito das missões. Para responder a esses questionamentos recorrentes, o Departamento de Operações de Paz (DPO) das Nações Unidas, por meio de sua doutrina Capstone, explica que o sucesso das operações está diretamente relacionado à percepção de legitimidade e credibilidade por parte da população local (ONU, 2008).

Nesse sentido, a legitimidade das operações de paz é obtida por meio da qualidade e da conduta de seus três componentes: militar, policial e civil. Assim, a demonstração de eficiência, competência e integridade impacta diretamente na legitimidade da missão como um todo (ONU, 2008). Por outro lado, a credibilidade de uma operação de paz corresponde à crença, aos olhos da comunidade internacional e da população local, na capacidade da missão cumprir seu mandato. Por essa razão, a neutralização das ameaças existentes torna-se um fator fundamental para o êxito das operações de paz contemporâneas (ONU, 2008).

Ciente de que o sucesso de operações de paz robustas depende de sua capacidade de cumprir o mandato atribuído pelo CSNU, a MINUSTAH não hesitou em fazer o uso da força necessária para proteger a população local contra as ameaças existentes no Haiti. Após haver pacificado as áreas mais violentas, o uso da força declinou, dando espaço à introdução de políticas para a reestruturação econômica e política do país anfitrião. Em 2010, o terremoto que atingiu o país alterou ainda mais o caráter da MINUSTAH, transformando-a em uma missão de apoio à ajuda humanitária (AGUILAR, 2015), na qual as ações não-cinéticas foram majoritárias.

No que diz respeito ao *soft power* brasileiro, Müller e Steinke (2018) afirmam que a sensibilidade cultural foi preponderante na atuação brasileira no âmbito da MINUSTAH. Primeira nação do Sul global a liderar uma operação de paz no Hemisfério Ocidental, o “*Brazilian Way of Peacekeeping*” foi marcado por uma constante interação da tropa com a população local. Com esse intuito, os soldados brasileiros se caracterizaram por buscar contato “olhos nos olhos” com os civis haitianos, bem como priorizaram o patrulhamento a pé ao invés de desfilar em seus veículos blindados pelas ruas de Porto Príncipe.

Nesse mesmo sentido, Abdenur e Call (2017) definem o *Brazilian Way of Peacekeeping* como a tendência natural de aproximação dos brasileiros com as comunidades locais estrangeiras, bastante perceptível no ambiente das operações de paz. Segundo os autores, após conquistarem a violenta região de *Bel Air*, em 2006, os soldados brasileiros tiraram seus óculos escuros e desceram de seus veículos blindados, buscando caminhar pelas ruas e interagir com a população local. Essa atitude demonstrou um verdadeiro diferencial com relação às demais tropas da ONU, materializando com precisão esse comportamento próprio da tropa brasileira nas operações de paz.

Além disso, o contingente brasileiro fez largo uso de ações cívico-sociais (ACISO), as quais envolvem atividades como a distribuição de itens básicos de sobrevivência, o atendimento médico-odontológico e a disseminação de programas profiláticos. Com o propósito de manter a credibilidade da missão e a boa relação com a população haitiana, as ACISO eram utilizadas nos momentos que antecediam e que sucediam operações militares conduzidas pelos capacetes azuis, amenizando possíveis repercussões negativas (SHOJI, 2015).

Após o terremoto de 2010 que devastou o país e tirou a vida de centenas de milhares de haitianos, o apoio brasileiro à população local ganhou uma proporção ainda maior. Imediatamente após a catástrofe, soldados brasileiros foram empregados no socorro e atendimento às vítimas, na retirada de corpos dos escombros e na limpeza das vias de circulação de Porto Príncipe. A partir de então, o contingente brasileiro passou a ser empregado segundo o binômio ajuda humanitária-segurança, aliviando o sofrimento dos haitianos e auxiliando na reconstrução do país (VIEIRA NETO, 2017).

De uma forma mais ampla, Gomes (2016) argumenta que a própria formação do povo brasileiro, baseada na mistura de três povos diferentes (portugueses, ameríndios e africanos), facilitou sua interação com o povo haitiano. Dessa forma, o brasileiro é percebido como um povo pacífico, de natureza conciliatória e capaz de se integrar bem com populações de outros países. Além disso, no que concerne às operações de paz, a estratégia brasileira baseia-se primordialmente em atividades de cunho econômico e social, enfatizando que a estabilização pelo componente militar corresponde apenas a um passo incompleto na construção da paz duradoura em uma sociedade vulnerável.

No que se refere ao uso da força, pode-se dizer que a MINUSTAH foi a primeira missão da ONU a adaptar-se à nova realidade dos conflitos mundiais, em um contexto de 4GW, ao conduzir operações guiadas por um sistema eficiente de inteligência para derrotar as gangues de Porto Príncipe. Nesse sentido, Ucko e Berdal (2015) afirmam que a missão de paz no Haiti provou que, sob certas circunstâncias e com uma liderança e equipamentos eficientes, é possível conduzir operações coercitivas com efeitos decisivos no nível tático. No caso da MINUSTAH, dois fatores contribuíram sobremaneira para o sucesso do contingente militar: o trabalho da Célula de Inteligência, que possibilitou a identificação e a destruição da estrutura das células das gangues de Porto Príncipe; e o profissionalismo e qualidade das tropas brasileiras na missão, capazes de obter um bom desempenho nas ações de cunho militar e de desenvolver uma parceira produtiva com as equipes policiais haitianas.

No Haiti, os grupos armados mais poderosos encontravam-se em *Cité Soleil*, uma imensa favela de Porto Príncipe. Antes da intervenção brasileira, era possível escutar diariamente centenas de tiros. Cadáveres também eram muito comuns nas ruas da maior favela haitiana. Após fracassos iniciais na tentativa de assegurar a liberdade de movimento, a MINUSTAH resolveu inovar, adaptando-se à 4GW. É importante ressaltar que a mudança de atitude dos capacetes azuis brasileiros ocorreu sob a liderança do general Carlos Aberto dos Santos Cruz. Tendo exercido a função de *Force Commander* da MINUSTAH entre janeiro de 2007 e abril de 2009, Santos Cruz provou ser um comandante capaz de compreender o ambiente operacional da 4GW e o centro de gravidade do conflito haitiano, utilizando estratégias de estabilização modernas e adequadas à realidade do país caribenho. Nesse contexto, a tropa brasileira no Haiti passou a realizar operações militares agressivas e cirúrgicas, conduzidas majoritariamente durante o período noturno. Como resultado, a MINUSTAH conseguiu derrotar as milícias haitianas, tomando o controle de toda a capital e cidades do interior (DORN, 2009).

Nessas operações agressivas e cirúrgicas, Dorn (2009) ressalta que os princípios que guiaram os brasileiros foram o planejamento baseado em inteligência; o uso concentrado da força para se obter uma vantagem psicológica; a utilização do elemento surpresa e táticas diversionárias para criar confusão entre os criminosos armados; grande mobilidade; e o controle de danos colaterais. Durante o ano de 2007, todos os líderes de gangues e milícias haitianas foram capturados em ações bem-sucedidas como a Operação Casa Azul, na qual as tropas da ONU dominaram *Cité Soleil*, e a Operação *Jauru Sudamericana*, na qual a MINUSTAH tomou posse da Base Jamaica na favela de *Boston*. Dessa forma, a tropa liderada pelo Brasil encerrou a “era das gangues” no Haiti.

Um importante parâmetro para ser levado em consideração, e que reflete o impacto da MINUSTAH no Haiti, é a taxa de homicídios no país. Quando a missão da ONU foi implantada, no ano de 2004, o Haiti teve 21,8 homicídios para cada 100.000 habitantes (BANCO MUNDIAL, 2010). Ao término do período de maior confrontação com os grupos armados, em 2007, esse número havia caído drasticamente para 5,1 homicídios a cada 100.000 habitantes, mantendo-se relativamente estável até o terremoto de 2010 (STATISTA, 2020).

Ademais, durante todo o período da MINUSTAH, é possível verificar que a violência praticada por milícias haitianas contra civis diminuiu significativamente. No ano de 2004, 231 civis foram mortos em decorrência da guerra entre os grupos armados haitianos. Em 2005, esse número caiu para apenas 40. Entre 2006 e o 2017, com a prisão das principais lideranças criminosas, não foi registrado nenhum civil fatalmente ferido em decorrência direta da disputa entre grupos armados locais (UCPD, 2020). É importante ressaltar que, a partir do terremoto de 2010, a missão tomou um caráter humanitário, ajudando na reconstrução do país que foi duramente assolado nesse evento catastrófico.

Portanto, o Brasil realizou uma sólida demonstração de seu *smart power* no Haiti ao combinar o uso da força com o esforço diplomático, especialmente por meio de ações assistenciais e humanitárias. Em um contexto de 4GW, o país sul-americano soube utilizar seu poderio militar, junto a parceiros sul-americanos, derrotando as ameaças não-estatais. Simultaneamente, o contingente brasileiro buscou interagir e ganhar a confiança do povo haitiano por meio do *Brazilian Way of Peacekeeping*. Finalmente, na liderança militar da missão, o país dedicou os sete anos que se seguiram ao terremoto prestando assistência à população haitiana e ao país como um todo, encerrando com sucesso a MINUSTAH.

Considerações Finais

Tendo concluído a presente pesquisa, é possível verificar que a aplicação do *smart power* brasileiro foi certamente um fator decisivo para a resolução do conflito haitiano. Em um ambiente complexo, caracterizado por um conflito de quarta geração, o Brasil soube conduzir a MINUSTAH no sentido de derrotar as ameaças não-estatais sem perder a legitimidade. Dessa forma, a MINUSTAH foi capaz de estabilizar o Haiti e encerrar com êxito suas atividades no país.

A teoria das Novas Guerras foi de grande valia neste estudo para compreender a atuação brasileira na MINUSTAH. Para obter sucesso, o contingente liderado pelo Brasil precisou adaptar-se ao conflito de quarta geração, caracterizado por fatores como a presença de ameaças não-estatais, a difícil distinção entre conflito e criminalidade nas favelas haitianas, os embates de baixa intensidade e a alta violência contra civis. Além disso, a MINUSTAH trabalhou sob uma estrutura multidimensional contendo os componentes militar, policial e civil, foi conduzida por líderes dispostos a empregar a força e, mais importante, contou com uma tropa qualificada para o cumprimento da missão.

A compreensão dos conceitos de guerra de quarta geração e de *smart power* foram fundamentais para examinar o papel do Brasil no Haiti. De acordo com a 4GW, para vencer um conflito contemporâneo, é necessário ganhar corações e mentes da população local. Nessa conjuntura, na qual os civis são as maiores vítimas do conflito, o inimigo é derrotado quando ele perde sua legitimidade frente àquela população. Para atingir esse objetivo, o Brasil utilizou-se com habilidade do conceito de *smart power*, combinando a utilização de instrumentos presentes no *hard power*, como o uso incisivo da força, bem como recursos existentes no *soft power*, como ações assistenciais e a ajuda humanitária.

Essa combinação de instrumentos presentes no *smart power* brasileiro também contribuiu para que a MINUSTAH superasse óbices causados por seus próprios integrantes, os quais poderiam ter comprometido o resultado final da missão. Nesse contexto, denúncias de abusos sexuais contra a população local e a propagação de uma grave epidemia de cólera proveniente do Nepal constituíram os principais desafios à credibilidade dos capacetes azuis.

Como resultado, é possível concluir que a MINUSTAH desempenhou seu papel de forma satisfatória, reduzindo a níveis insignificantes o conflito haitiano. Liderada pelo contingente brasileiro, a tropa da ONU compreendeu o ambiente operacional em que se encontrava, conduzindo operações militares agressivas e cirúrgicas, de forma a obter credibilidade e legitimidade em suas ações. O número de vítimas em decorrência do conflito no Haiti caiu drasticamente entre 2004 e 2017, evidenciando o êxito da missão. Assim, pode-se afirmar que a MINUSTAH funcionou como uma oportunidade para que o Brasil flexibilizasse seu pacifismo absoluto e demonstrasse sua capacidade militar baseada no *smart power*, sendo reconhecido como um ator internacional relevante na resolução de conflitos internacionais.

Este estudo não esgota o conhecimento sobre a aplicação do *smart power* brasileiro no contexto de resolução de conflitos de quarta geração. Embora a MINUSTAH tenha se constituído em um caso de sucesso para o Brasil, foi também a única oportunidade recente em que o Brasil claramente fez uso dessa estratégia, aliando a projeção de poder militar brasileiro por meio da utilização força a esforços diplomáticos com foco em ações assistenciais e na ajuda humanitária. Portanto, estudos sobre a estratégia utilizada em futuros desdobramentos militares brasileiros em missões de paz da ONU poderão vir a complementar este artigo.

Referências

ABDENUR, Adriana; CALL, Charles. A 'Brazilian Way'? Brazil's Approach to Peacebuilding. In: CALL, Charles, DE CONING, Cedric. *Rising Powers and Peacebuilding: Breaking the Mold? Rethinking Peace and Conflict Studies*. Cham: Springer Nature, 2017.

AGBEDAHIN, K. The Haiti Cholera Outbreak and Peacekeeping Paradoxes. *Peace Review*. v. 31, n. 2, p. 190–198, 2019. DOI 10.1080/10402659.2019.1667568. Disponível em: <https://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=139683223&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Operações de Paz: novos mandatos e suas implicações para os países contribuintes com tropas. *História e Cultura*. v. 4, n. 1, p. 254-276, 2015. Disponível em: Directory of Open Access Journals. Acesso em: 21 abril 2015.

ALSINA JR, J. O Poder Militar como Instrumento da Política Externa Brasileira Contemporânea. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 52, n. 2, p. 173-191, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-73292009000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 18 março 2020.

BANCO MUNDIAL. **Homicide Rate Dataset**. 2010. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/EXTCPR/Resources/407739-1267651559887/Homicide_Rate_Dataset.pdf. Acesso em: 19 março 2020.

BELLAMY, A. J.; WILLIAMS, P. D.; GRIFFIN S. 2010. **Understanding Peacekeeping**. 2 ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

BERTONHA, J. F. Hard, soft ou smart Power? Perspectivas para a nova política externa dos Estados Unidos. *Meridiano 47 - Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. v. 1, n. 104, p. 16–18, 2009. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=40400807&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 11 março 2020.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRASIL. **Política Nacional de defesa - Estratégia Nacional de Defesa (versão preliminar)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da ONU: Os Casos do Timor Leste e Haiti. *Contexto Internacional* v. 33, n. 2, p. 315-331, 2011. Disponível em: <http://search.proquest.com/docview/1281851734?accountid=8289>. Acesso em: 21 abril 2015.

CANADA. Multinational Interim Force. **Department of National Defense**. 2018. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/department-national-defence/services/military-history/history-heritage/past-operations/caribbean/halo-i.html>. Acesso em 28 setembro 2020.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Londres: Oxford University Press, 1984.

GRAY, Colin. **Strategy and History: essays on theory and practice**. London: Routledge, 2006.

DORN, A. Walter. Intelligence - led Peacekeeping: The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), 2006 - 07. *Intelligence & National Security*. v. 24, n. 6, p. 805-835, 2009. Disponível em: International Security & Counter Terrorism Reference Center, EBSCOhost. Acesso: 31 maio 2016.

ECHEVARRIA, Antulio. Fourth-Generation War and other Myths. **Strategic Studies Institute**. Carlisle: US Army War College, 2005.

FRANÇOIS, K. La grogne s'amplifie contre la MINUSTAH. *Relations*. n. 768, p. 5–6, 2013. Disponível em: <https://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=91546962&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

GOMES, Maíra. Analysing Interventionism Beyond Conventional Foreign Policy Rationales: the engagement of Brazil in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). *Cambridge Review of International Affairs*. v. 29, n. 3, p. 852-859, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557571.2016.1230587>. Acesso em: 14 julho 2020.

KALDOR, Mary. Inconclusive Wars: Is Clausewitz Still Relevant in These Global Wars? *Global Policy*. v. 1, n. 3, 2010.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organized violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 1999.

KHAN, M. A. The Fourth Generation Warfare. *Defence Journal*. v. 15, n. 5–6, p. 80–81, 2011. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=82507660&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 11 março 2020.

LUCCHI, E. Between War and Peace: humanitarian assistance in violent urban settings. *Disasters*. v. 34, n. 4, p. 973–995, 2010. DOI 10.1111/j.1467-7717.2010.01178.x. Disponível em: <https://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=mdc&AN=20561336&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

MÜLLER, Frank; STEINKE, Andrea. Criminalising Encounters: MINUSTAH as a laboratory for armed humanitarian pacification. **Global Crime**. v. 19, n. 3-4, p. 228-249, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17440572.2018.1498336>. Acesso: 14 julho 2020.

MUXAGATO, B. El Smart Power y la no Indiferencia como nuevos principios de la política exterior brasileña. **América Latina Hoy**. n. 72, p. 89-101, 2016. Disponível em: <https://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/alh20167289101/15137>. Acesso em: 11 março 2020.

NOSSEL, S. Smart Power. **Foreign Affairs**. v. 83, n. 2, p. 131-142, 2004. DOI 10.2307/20033907. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=12364818&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 11 março 2020.

NYE, Joseph. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Missão da Polícia das Nações Unidas no Haiti**. 2020a. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/mpionuh.htm>. Acesso em: 8 outubro 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti**. 2020b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/minustah>. Acesso em: 16 março 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolução 1542**. 2004. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CAC%20SRES%201542.pdf>. Acesso em: 16 março 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines**. New York: Department of Peace Operations, 2008.

PHELAN, P. Fourth Generation Warfare and its Challenges for the Military and Society. **Defence Studies**. v. 11, n. 1, p. 96-119, 2011. DOI: 10.1080/14702436.2011.553105. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=63b7b23f-4ebb-42f3-9fa3-fe75f19b37f7%40sessionmgr101>. Acesso em: 11 março 2020.

RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T.; MIAL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution**. 3 ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

SANTOS, M.; TEIXEIRA, U. Interests and Values in Obama's foreign Policy: Leading from Behind? **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 58, n. 2, p. 119-145, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v58n2/0034-7329-rbpi-58-02-00119.pdf>. Acesso em: 20 abril 2020.

SHOJI, Alexandre. Ação Cívico-Social: do mundo para o Brasil e do Brasil para o mundo. **Revista Verde Oliva**. n. 230, dezembro 2015. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.

SILVA, Josias. Alternative Strategy to the Crisis in the Central African Republic: The Establishment of a Permanent African Peacekeeping Force. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v. 3, n. 6, p. 9-22, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/86789/52362>. Acesso em: 10 julho 2020.

SIMONS, G. Fourth Generation Warfare and The Clash of Civilizations. **Journal of Islamic Studies**. v. 21, n. 3, p. 391-412, 2010. DOI 10.1093/jis/etq042. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=54294488&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 11 março 2020.

SMITH-CANNOY, H. Defending Democracy? Assessing the OAS's 2002 Diplomatic Intervention in Haiti. **Civil Wars**. v. 14, n. 3, p. 431-450, 2012. DOI 10.1080/13698249.2012.706953. Disponível em: <https://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=79988172&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

STATISTA. **Homicide Rate in Haiti from 2007 to 2016**. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/1040687/homicide-rate-haiti/>. Acesso em: 19 março 2020.

TAFT-MORALES, M. The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). **Congressional Research Service: Report**. P. 10-11, 2013. Disponível em: <https://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=88316246&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

UCKO, David; BERDAL, Mats. The Use of Force in Peacekeeping Operations. **The Rusi Journal**. v. 160, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com.ezproxy2.apus.edu/doi/abs/10.1080/03071847.2015.1016718#.VTbJU-bF-So>. Acesso em: 21 abril 2015.

UPSALLA CONFLICT DATA PROGRAM. **Haiti**. Disponível em: <https://ucdp.uu.se/country/482>. Acesso em 15 março 2020.

VIEIRA NETO, Floriano. Epopeia Militar Brasileira no Haiti. In: HAMANN, Eduarda; TEIXEIRA, Augusto. **A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-06-AE-MINUSTAH-PT.pdf>. Acesso em: 15 julho 2020.

VISACRO, Alessandro. **A Guerrana Era da Informação**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

WILENTZ, A. The Oppositionist. **New Republic**. v. 205, n. 18, p. 16–20, 1991. Disponível em: <https://search-ebscohost-com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph &AN=12031553&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

WUCKER, M. Haiti: So Many Missteps. **World Policy Journal**. v. 21, n. 1, p. 41–49, 2004. DOI 10.1215/07402775-2004-2007. Disponível em: <https://search-ebscohost-com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=14399250&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 27 setembro 2020.

ZWEIRI, M.; AWWAD, R. Obama's "Smart-Power" Strategy, One Year On: The Case of the Middle East. **DOMES: Digest of Middle East Studies**. v. 19, n. 1, p. 1–14, 2010. DOI 10.1111/j.1949-3606.2010.00001.x. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=64468768&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 11 março 2020.3

Funções de colaboração exercidas

Josias Marcos de Resende Silva:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Análise formal; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
